

Em busca do *Kametsa Asaike* – Viver Bem – na Amazônia central peruana: um olhar sobre a organização política dos Ashaninka do Rio Ene¹.

Lia Mendes Cruz

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC/UnB

Palavras-chave: organização política indígena, Ashaninka Rio Ene, Amazônia central peruana.

Este trabalho pretende contribuir para o debate acadêmico e político em torno dos direitos territoriais dos povos indígenas. Buscaremos abordar este campo por meio do estudo da organização política indígena na Amazônia central peruana (*Selva Central*), com base no caso do povo Ashaninka do Rio Ene.

Com esta abordagem, pretendemos relacionar o processo organizativo da política interétnica Ashaninka aos subsequentes eventos que implicaram em perdas territoriais e demandaram negociações deste povo com outros setores da nação peruana, com vistas a assegurar sua autonomia (nem que seja relativa) sobre determinadas porções de seus territórios.

Com esse objetivo, este artigo será desenvolvido baseado em uma pesquisa de mestrado, intitulada “Territórios indígenas e desenvolvimento na Amazônia Central peruana: um olhar sobre a organização política dos Ashaninka do Rio Ene” (CRUZ, 2012). A pesquisa empírica que resultou nesta dissertação contou com um trabalho de campo no Peru em outubro e novembro de 2011, no qual foram realizadas entrevistas a diversos atores envolvidos com as políticas territoriais para povos indígenas na Amazônia peruana, e também em trabalho etnográfico junto à *Central Asháninka del Río Ene – CARE*, em seus eventos em Lima e acompanhando suas ações em sua sede em Satípo (Junín/Peru).

No artigo intitulado “Etnologia das políticas e processos estatais sobre territórios indígenas na Amazônia peruana: atuação direta e abordagem crítica caminhando juntos” (CRUZ, 2015), apresentamos o contexto da elaboração e implementação das políticas de reconhecimento territorial para povos indígenas na Amazônia peruana. Abordamos suas principais limitações e as estratégias adotadas pelas organizações indígenas e não governamentais com vistas a dar continuidade à titulação de *comunidades nativas* e

¹Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

tornar visível a situação territorial desses povos, considerando as ameaças simultâneas de múltiplos interesses externos nesses territórios: setor florestal, setor petrolífero, setor energético (hidroelétricas), mineração, narcotráfico, entre outros.

No presente artigo pretendemos explorar, a partir da história e das ações da *Central Asháninka del Río Ene - CARE*, as sofisticações organizativas que emergem em um contexto de mudança dos quadros de interação étnica a partir da década de 1980. Nesta federação de *comunidades nativas* – como são designados os territórios indígenas titulados pelo Estado na Amazônia peruana - tem destaque a atuação de uma liderança feminina, que tem importante papel no processo de construção da legitimidade da CARE perante as comunidades do Rio Ene, e também na manutenção de um posicionamento coeso na região no sentido de frear a entrada de empresas extrativas e a instalação de uma represa hidrelétrica projetada sobre esse território.

Certamente, pelo pouco tempo que foi possível compartilhar dos esforços organizativos desta instituição, não pretendemos aqui esgotar todas as facetas que envolvem essa proposta. Mas sim, objetivamos sacar elementos que nos permitam iluminar ou direcionar a discussão acerca do cenário interétnico extremamente cambiante e volátil que lança continuamente novos desafios a essas organizações. Por outro lado, estas não são passivas nesse processo, pois suas iniciativas (seja ou não em alianças com agentes externos) também determinam novos rumos – pelo menos desejados – a esse sistema de relações.

Considerando o objetivo deste artigo, apresentado acima, cumpre primeiramente situar o (a) leitor (a) com algumas considerações gerais sobre o território Ashaninka. Os Asháninka constituem a população indígena mais numerosa do conjunto Arawak sub-andino, e ocupam um território que se estende da face oriental do sopé de monte andino, na Amazônia Central peruana, até a bacia do alto Juruá, no estado brasileiro do Acre (PIMENTA, 2008, p. 118).

No início do século XX, este território se estendia sobre aproximadamente 100.000 km², desde o rio alto Pachitea pelo norte, até o baixo Apurímac ao sul, e desde o rio Chanchamayo ao oeste até as regiões dos rios Tambo-Ucayali a leste (VEBER, 2009) e, não se sabe precisar ao certo a partir de qual período, passaram também a se estabelecer no alto Juruá, na região fronteira entre o Peru e o Brasil (ver mapa 1, abaixo).

Distritos, por sua vez, se localizam na Província Satipo, incluída no Departamento de Junín no Peru. Estamos nos referindo a 17 *comunidades nativas*, distribuídas em 33 assentamentos ou anexos², com uma população de aproximadamente 6.000 habitantes do povo Asháninka, e cujas superfícies somadas resultam em cerca de 210.000 hectares³.

Fundação da CARE: luta pela retomada do território ocupado pelo *Sendero Luminoso*

De acordo com Rojas Zolezzi (2008), o predomínio do padrão de assentamento disperso dos Ashaninka no rio Ene, até meados da década de 1940, era também um mecanismo de defesa contra as frequentes incursões escravistas comandadas por patrões caucheiros que operavam no Alto Ucayali. Porém, com a chegada dos franciscanos e adventistas a partir da década de 1950, e o estabelecimento das missões, inicia-se uma parcial sedentarização dos Ashaninka ao redor destas.

O processo de reconhecimento e titulação nos Rios Ene e Tambo começou em 1979 por meio de um convênio entre o *Centro de Investigación y Promoción Amazónica* (CIPA)⁴ com a *Dirección Regional Agraria de Junín* (em Huancayo), financiado pela OXFAM *International*. Conseguimos uma entrevista com Lelis Rivera⁵, que nesta época foi contratado pelo CIPA para fazer parte da equipe de titulação destas comunidades, e que testemunhou a chegada de grandes contingentes de colonos andinos à zona, entre o fim de 1979 e início de 1980. Apesar de significativos avanços no processo de titulação de várias comunidades, o processo foi paralisado quando a equipe encarregada foi ameaçada por grupos armados do *Sendero Luminoso* que se instalavam na região.

Tanto Lelis Rivera como outras fontes que consultamos indicam que entre os colonos que chegaram ao Ene estavam muitos produtores de coca já inseridos no contexto do narcotráfico, que estava em franca expansão na década de 1980 (CHIRIF, 2003; ROJAS ZOLEZZI, 2008). A rápida expansão do narcotráfico nos vales dos rios Ene e Tambo sugere que alguns grupos de colonos que se assentaram nesses vales na

2 Uma comunidade nativa pode ter um assentamento central e outros assentamentos dispersos (anexos).

3 Dados obtidos com base em informações sistematizadas pela CARE, não contemplam as dimensões das comunidades que estão em processo de titulação.

4 O CIPA é uma organização não governamental fundada em 1978, foi a primeira ONG a celebrar convênios com o Estado para titular comunidades nativas na bacia amazônica (Chirif & García Hierro, 2007, p. 185).

5 Comunicação oral gravada de Lelis Rivera, realizada em 15.10.2011, em Lima.

década de 1980 constituíram os primeiros avanços do *Sendero Luminoso*, de forma a conseguir financiamento para suas atividades (ESPINOSA DE RIVERO, 1995; CHIRIF, 2003).

Assim, o processo de expansão de bases guerrilheiras do *Partido Comunista del Peru Sendero Luminoso* (PCP-SL) e do *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* (MRTA) na Amazônia Central peruana ocorre no início da década de 80, e por cerca de duas décadas dominaram grande parte do território Ashaninka. Em termos de localização, o MRTA estabeleceu-se nas províncias de Oxapampa e Chanchamayo, enquanto o PCP-SL ocupou, principalmente, a província de Satipo (*COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN*, TOMO V, p. 244).

As implicações dessa ocupação foram drásticas para a população Ashaninka desta zona. Apesar de não existirem dados precisos, se estima que, de uma população de 55 mil Ashaninkas, cerca de 10 mil foram deslocados à força nos vales dos rios Ene, Tambo e Perené; 6 mil faleceram; e cerca de 5 mil pessoas foram mantidas em cativeiro pelo PCP-SL. Além disso, se calcula que durante os anos de conflito, desapareceram entre 30 a 40 comunidades Asháninka (*ibid.*, p. 241).

Diante desse contexto adverso, a conformação de organizações Ashaninka na bacia do Rio Ene tem início na década de 1980. A primeira organização criada foi a *Organización Campa Asháninka del Río Ene* (OCARE). Segundo seu atual presidente, Jonatan Charete, a principal motivação para sua criação era frear as crescentes invasões dos colonos que chegavam à região nesta década⁶.

Em janeiro de 1989 são assassinados pelo *Sendero Luminoso* Isaías Charete, então presidente da OCARE, e seu irmão Lucas Charete, que nesse período era promotor de saúde (ROJAS ZOLEZZI, 2008). Estes fatos geraram o deslocamento de parte dos habitantes de Centro Tsomabeni para o Alto Chichireni, onde começam a organizar-se para resistir ao avanço do *Sendero Luminoso*. A OCARE realiza um congresso em 1993 para unir forças com outras comunidades que também haviam sido deslocadas, e conseguir apoio do exército peruano com armamentos e remédios (*ibid.*).

No ano seguinte, em 1994, foi formada outra federação de comunidades do Rio Ene. Desta vez, buscando maior representatividade entre as comunidades, dado que os esforços de OCARE estiveram sempre voltados para interesses de setores da Comunidade de Tsomabeni. Esta nova federação, a *Central Asháninka del Río Ene – CARE*, surgiu no período de embates mais intenso com *Sendero Luminoso*. Segundo

6 Entrevista em Satipo, 07/11/11, comunicação oral.

fala de sua atual presidenta, Ruth Buendía Metsuquiari, desde a fundação da CARE em 1994, “*diez años se ha perdido muchas veces en solamente perseguir a los senderistas, pacificar toda la cuenca del Río Ene*”.

Poucas informações conseguimos sobre a atuação da CARE nestes dez anos. Na bibliografia acessada que trata sobre as organizações de *Rondas* ou *Comités de Autodefensa* entre os Ashaninka da Selva Central e sobre a situação de desterritorialização e concentração de grupos Ashaninka nos chamados *Núcleos Poblacionales*⁷, não são feitas referências à atuação da CARE. Entretanto, foi enfatizado no evento *Octubre Ashaninka*⁸, e confirmado nas entrevistas, que esta atuação foi efetiva, tanto na organização dos *Comités de Autodefensa* e do apoio estatal via programas específicos para esta região, quanto no apoio à reocupação das comunidades conforme eram recuperadas do domínio de *Sendero Luminoso*.

É importante contextualizar que a atuação da CARE acontecia em articulação com a *Comisión de Emergencia Asháninka* (CEA), organização indígena criada em 1995, com o objetivo de atuar na recuperação das comunidades deslocadas pelos conflitos armados e na titulação de comunidades nativas. E que também realizava ações em conjunto com a *Central Asháninka do Río Tambo* (CART) e com a *Central de Comunidades Nativas de la Selva Central* (CECONSEC).

Ruth Buendía conta que a CEA tinha fundos para ajudar o repovoamento, mas que havia muitos problemas na distribuição dos benefícios para as comunidades, o que gerava desconfiança sobre o gasto dos recursos. Por outro lado, Ruth menciona que a CEA também promovia oficinas de capacitação em temas como liderança e direitos humanos. E foi nesse âmbito que ela iniciou sua inserção no meio político, a qual resultou futuramente em sua indicação para o cargo de *asuntos femeninos* na CARE, pelo então presidente da CARE, Raul Vega. Até então, esse cargo era ocupado por uma colona.⁹

Isso porque, nesse período, também eram representados pela CARE os colonos que conviviam com os Ashaninka nos *núcleos poblacionales* e comunidades do Rio

7 Nome dado aos locais onde se agrupavam os indígenas que conseguiam fugir ou eram resgatados dos campos de concentração instalados pelo *Sendero Luminoso*.

8 O evento *Octubre Asháninka*, realizado em outubro de 2011, e posteriormente no mesmo mês nos anos seguintes, tem como objetivo expor em Lima a agenda de trabalho da CARE e realizar debates e reflexões sobre temas de interesse das comunidades Asháninka do Rio Ene.

9 Comunicação oral de Ruth Buendía, com registro escrito, realizada em 14.11.2011, na sede da CARE, quando Ruth Buendía conta a história de sua atuação política.

Ene. Para Ruth Buendía, essa aproximação entre colonos e Ashaninkas se fazia necessária nos esforços de enfrentamento dos conflitos em que ambos estavam envolvidos, pois “*había que unirse frente a la violencia*”¹⁰. O compartilhamento desta experiência de violência entre colonos e Ashaninkas, criou novas possibilidades de relacionamentos entre grupos. Principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de novos assentamentos colonos entre diversas comunidades Ashaninka do Rio Ene.

A situação totalitária vivenciada pelo povo Ashaninka durante o período de conflito armado, dinamizaram de forma significativa a territorialidade e organização social dos Ashaninka situados na Amazônia central. Em meio a uma situação de crise, na qual os homens que não estavam sob o domínio de *Sendero Luminoso* eram mobilizados para a defesa e combate nas *Rondas de Autodefensa*, as mulheres Ashaninka assumiram papéis centrais na organização dos *nucleos poblacionales*.

De acordo com o informe de Rodriguez Vargas (1993, p. 46-47), foram as mulheres que organizaram novas organizações comunais visando lidar com a situação de crise, tais como os *Clubes de Madres* e os *Comités de Artesanía*. Além de assumirem o trabalho dos plantios comunais, e se dedicarem na atenção às crianças e na preparação de alimentos para os órfãos, doentes, *ronderos* e refugiados. Segundo Jonatan Charete, presidente da OCARE “*Las mujeres pasan a tomar más consideración después de Sendero*”.

Porém, devemos levar em consideração que há uma diferença significativa entre a mulher Ashaninka assumir novos papéis sociais no âmbito comunitário, e passar a assumir *cargos* nas organizações Ashaninka e outras instâncias de representação política voltadas para também para o âmbito externo ao espaço comunal. Sobre isso, trago o trecho de uma entrevista que Fabián Arias (2006, p.153) realizou em 2002 com Luzmila Chiricente, atual presidente da *Frente de Mujeres Asháninkas, Nomatsiguenga y Kakinte de la Selva Central* (FREMANK):

“En las comunidades nativas la mujer no tenía representación. Solamente los hombres querían tener cargo. Em algunas comunidades sí habían aceptado la creación del club de madres, pero cuando se habló del ejercicio de cargos [comunales y de organización], la mayoría de los hombres reaccionaron mal, [decían] cómo vamos escuchar hablar a una mujer, son 'cojudeces', porque si salen como dirigentes van a cambiar de marido. Se aclaró hasta el último la importancia de la participación de la mujer, pero la situación cambió

10 Comunicação oral de Ruth Buendía, com registro escrito, realizada em 04.11.2011, na sede da CARE.

en parte porque vino la subversión y el autoritarismo de los hombres se vio debilitado, se fueron como ronderos y la mujer asumió cargos en algunas comunidades nativas y afrontó cargos a pesar que no sabía”.

A primeira experiência de Ruth Buendía na CARE foi uma sequência de visitas às comunidades do Rio Ene, com as quais teve contato pela primeira vez, e onde sua sensibilidade em escutar foi talvez a principal qualidade que a permitiu chegar à presidência de CARE:

“Era un reto ir a conocer el Ene. No tenía viático, pasajes, medicina auxiliar, nada. (...) Me quedé en Quimaropitari, Quempiri, y así sucesivamente. Me conocieron las comunidades. Me preguntaban si era chori o Ashaninka. Estaba trabajando duro con CARE y me hicieron críticas sobre CARE. Me han dado masato y críticas duras. No sabía cómo funcionaba CARE y ARPI. (...) Ahí empezó mi liderazgo. He llevado convocatoria para Congreso de CARE en abril de 2005, en Potsoteni. Estaban todas las ONG (...) Fue la primera mujer a ser electa presidente. [Perguntei à Ruth a opinião dela sobre os motivos que levaram às pessoas votarem nela como presidente]. Creo que es por estar cansados de los hombres que no han hecho nada...para probar una mujer. Pero también he conocido mucha gente que no creía en mí. Otros querían ser presidente de CARE. Guillermo Ñaco me apoyó, decía que había que incluir el género. Me quisieron bajar como vicepresidenta. Para el congreso, fue preparada con mis propuestas, sobre titulaciones, invasiones, oficina de CARE”¹¹

Assim, vemos como a vivência de Ruth Buendía com as comunidades a sensibilizou acerca do que as famílias Ashaninka do rio Ene esperavam da CARE, e com base nisso, Ruth formulou propostas que subsidiaram sua eleição em 2005. Vemos também como os espaços de formação de lideranças, e a abertura de secretarias de *assuntos femininos* nas organizações Ashaninka favoreceram que ela ingressasse nesse campo de atuação política.

Se por um lado Ruth Buendía não teve uma atuação direta nos *núcleos poblacionales* durante o período de violência social, por outro lado, sua experiência fora do contexto local e sua busca constante pela educação formal a destacaram nos espaços de participação política que se abriram para a mulher Asháninka no contexto pós-violência.

Abaixo veremos como a gestão de Ruth Buendía junto à CARE construiu uma articulação com diversas ONGs, que renderam projetos com boa execução, moveu processos de titulação que estavam estagnados, e também conseguiu dar visibilidade

¹¹ Trechos de entrevista não gravada, com registro escrito, realizada em 14.11.2011, na sede da CARE, quando Ruth Buendía conta a história de sua atuação política.

nos meios de comunicação e combater juridicamente e politicamente, o projeto de construção de uma hidrelétrica que afetaria parte considerável do território Ashaninka no Rio Ene.

Construindo a *credibilidade* na CARE: atuação com base no *Kametsa Asaike, o viver bem Ashaninka*.

Quando a história da CARE foi abordada nas entrevistas e discursos presenciados, existe uma forte tendência em dividir o tempo em dois períodos: o período anterior e o período posterior à gestão de Ruth Buendía como presidenta da CARE. São muitos os argumentos que sustentam essa percepção temporal. Estes se relacionam tanto com questões pertinentes ao escopo de atuação e à estrutura física e reconhecimento jurídico da CARE, quanto às questões que dizem respeito à *credibilidade* de seus dirigentes perante as comunidades.

Assim, buscaremos perceber como se constrói a credibilidade ou legitimidade, a partir da suposta percepção da divisão temporal no que tange à atuação da CARE. Para tanto, veremos um trecho da fala de Ruth Buendía, durante o evento Octubre Asháninka:

“Entonces, después de estos 10 años yo vengo desde mi gestión en 2005, empiezo a estructurar la institución CARE que no tenía nada de credibilidad, solamente se conocía en fuerza de pacificar, nada más. Pero nunca ha hecho incidencia en atenciones sociales, se ha abandonado muchas veces la educación, la salud, cuestiones territoriales. En estos tiempos, 2005 ya era tiempo de venta de maderas ilegales en las comunidades por los jefes de las comunidades, ya era boom vender madera, la más fina que es caoba, todas las comunidades han vendido ilegalmente. Pero quién se lucraba con esta venta de madera? Solamente jefe de las comunidades, jefe, su familia, y sus diez agregados. Entonces, analizamos nosotros como CARE, yo como mujer no tenía tampoco credibilidad en liderazgo y en organización. Hay que tener en cuenta que decían los hombres: que va hacer mujer Ashaninka? Ya van a entrar las empresas madereras, ya nos van a meter los colonos en nuestro territorio. Entonces, he escuchado eso, me dijeron directamente, pero no es así.”¹².

Um primeiro aspecto que é marcado na fala de Ruth Buendía reside na dificuldade que tem uma organização intermediar a relação entre comunidades do mesmo povo, mas com múltiplos interesses e organização política interna própria, e

12 Trecho de discurso gravado durante o evento *Octubre Ashaninka*, em 26.10.2011, em Lima.

atores sociais externos- empresas madeireiras, empresas petroleiras, associações de colonos, funcionários estatais, ONGs - com interesses difusos voltados para o território Ashaninka.

O fato da CARE ter iniciado sua atuação em um momento crítico, talvez tenha impedido seus dirigentes enxergar as futuras dificuldades que determinadas alianças poderiam resultar, tanto em relação às perdas territoriais para os assentamentos colonos, quanto às difíceis situações em que se veriam vinculadas muitas comunidades por contratos mal geridos com as empresas madeireiras¹³. Dado o contexto em que nasceu a CARE, seu principal objetivo era “*salvar vidas y recuperar la paz*” (CARE, 2011, p. 4).

Assim, essa divisão temporal relaciona-se ao amadurecimento da CARE em um processo de reflexão sobre os antigos e novos problemas que vinham enfrentando as comunidades. Por isso, o marco de 2005 não pode ser relacionado somente a uma nova gestão da CARE, mas também às urgentes necessidades de mudanças em suas estratégias em um contexto mais complexo em que “*a los viejos problemas como las invasiones de tierra y la violencia, se unían otros nuevos como los proyectos de infraestructura y la presión sobre los recursos*” (CARE, 2011, p. 4).

Para tanto, o primeiro passo foi investir em esforços para dar a esta organização estrutura mínima para operar dentro dos padrões possíveis neste *quadro de interação interétnica*. Ou seja, cadastrar-se no sistema estatal de reconhecimento de pessoa jurídica, os *Registros Públicos*. Este processo não teve somente efeitos no sentido “legalizar” sua atuação, pois também foi acompanhado de reformulações em seu estatuto, de forma que este representasse os interesses das comunidades, e não fosse somente uma cópia dos modelos de estatuto das organizações andinas. Essas reformulações, feitas em Assembleia da CARE em 2005, também incluíram a retirada dos colonos do âmbito de representação da CARE¹⁴.

Para viabilizar essa estruturação, a CARE executou um projeto com fundos da cooperação alemã, viabilizado por intermédio da *Asociación para la Conservación del Patrimonio de Cutivireni* – ACPC (ONG não indígena), para instalar uma oficina e fortalecer a atuação de sua *junta directiva*. Ruth menciona também a execução de um projeto de implementação de organizações indígenas apoiado pelo *Centro de*

13 Durante a pesquisa de campo foram expostas as situações de comunidades no Rio Ene que tinham enormes dívidas resultantes de adiantamentos fornecidos pelas empresas madeireira que tinham contratos de concessão florestal dentro da área da comunidade.

14 Comunicação oral de Ruth Buendía, com registro escrito, realizada em 04.11.2011, na sede da CARE.

Investigación y Promoción Amazónica – CIPA (também ONG não indígena). Bem como da co-execução de um projeto junto com a ARPI (*Asociación Regional de Pueblos Indígenas de la Selva Central*) – derivada da *Comisión de Emergencia Asháninka* (CEA), organização indígena regional da qual CARE é filiada – que consistia na construção de escolas nas comunidades do Rio Ene.

Até este momento, CARE ainda não executava diretamente os recursos dos projetos, pois estes eram sempre intermediados por outras organizações. Esta relação muda consideravelmente com a experiência que CARE desenvolve com a ONG *Rain Forest Foundation*, que repassa os fundos diretamente para a CARE.

Assim, nesta nova fase, CARE ampliou suas áreas de atuação, inserindo em seu quadro profissionais especializados nas linguagens e procedimentos de suas áreas de interface: elaboração de projetos para acessar fundos; procedimentos de titulação de comunidades; procedimentos para reconhecimento de áreas naturais protegidas; controle nos contratos e autorizações para exploração de madeira; ações judiciais e organização política contra a instalação de lotes petroleiros e construção de hidrelétricas no território das comunidades do Rio Ene; entre outros.

É importante ressaltar que esse processo de “estruturar” a CARE, diante de um novo cenário, também foi acompanhado de esforços no sentido de “*estar preparada para ser la voz que transmite las múltiples voces de las comunidades y las familias asháninkas del Ene. La que respalda las aspiraciones de las comuneras y comuneros y permite que estas vayan haciéndose realidad*” (CARE, 2011 p. 5). Assim, as transformações pelas quais passa a CARE nos últimos anos contempla também uma grande preocupação em construir a *credibilidade* em meio às comunidades do Rio Ene. Ruth Buendía conta que no início da sua gestão “*no había nada de legitimidad en CARE, las comunidades iban a la municipalidad*” para buscar apoio às suas necessidades¹⁵.

De acordo com as intenções dos discursos presenciados, construir a *credibilidade* ou *legitimidade*, implica não somente ter eficácia na condução dos interesses das comunidades, por meio da captação de recursos para projetos e execução de ações visando estes interesses. Implica também *saber escutar* o que querem as comunidades e colocar estas múltiplas vozes em um plano de ação institucional que reflita diretamente estes interesses internos.

15 Comunicação oral de Ruth Buendía, com registro escrito, realizada em 14.11.2011, na sede da CARE.

É no escopo de amadurecimento deste processo de construção da legitimidade da CARE perante as comunidades do Ene, que esta elabora um projeto para consultar as comunidades do Rio Ene sobre o que seria a base do *viver bem* Ashaninka, o *Kametsa Asaike*. Este processo de consulta às comunidades, realizado nos anos de 2008 e 2009, conseguiu financiamento das Fundações ICO e Valle, e teve como finalidade identificar uma agenda própria de trabalho para a CARE, que oriente suas ações em favor de suas comunidades de base. Assim, busca-se não “*seguir la agenda de otras instituciones cómo municipalidades, organizaciones del gobierno y organizaciones no gubernamentales; sino por el contrario, para que estas instituciones inserten sus trabajos en la agenda de CARE*” (CARE, 2011, p. 6).

Visões críticas da CARE sobre como *salir adelante*

Outro tema recorrente abordado durante o trabalho de campo é uma visão crítica que tem se construído nos últimos anos em relação à atuação das ONGs junto à CARE e comunidades do Rio Ene. Esta visão crítica tem várias abordagens, que se baseiam em experiências anteriores e atuais da CARE, que tem demonstrado a fragilidade que implicam determinadas parcerias e ações conjuntas. Além disso, dadas as interfaces que esta discussão tem com a crítica da CARE em relação à atuação dos programas estatais, buscaremos co-relacionar ambas problemáticas.

Primeiro apresentamos essa explanação de Ruth Buendía no evento *Octubre Asháninka*, em sua participação na mesa sobre atividades econômicas¹⁶, que busca sintetizar e refletir as discussões da mesa e intervenções dos demais participantes:

“Otro decía (un hermano de Chanchamayo) que las ONG ha sido proteccionista, se habla mucho de ONG. Instituciones estatales son también asistencialistas con los pueblos indígenas. Porque nos dan vaso de leche? Porque nos da PRONAF¹⁷? Porque nos dá programa juntos? Y estamos venerando ya este asistencialismo (...). Además, como decía Aldo (Rain Forest UK) si no lo hacen las ONGs, quién lo va hacer? Si es el Estado, o institución estatal, no tiene la capacidad de administrar a todos económicamente. Y los profesionales de la municipalidad esporadicamente como visita médica, a pesar de que es la municipalidad del distrito, no llega. Y otro que en la municipalidad hay bastante burocracia en la administración, por ejemplo. En las organizaciones indígenas, lo que veo yo en mi trabajo, y en algunas ONG, tienen su administración más ejecutiva, esa es la facilidad que se da y que yo veo”.

16 Comunicação oral de Ruth Buendía gravada no dia 26/10/2011, em Lima.

17 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Assim, o discurso sobre a atuação das ONGs por vezes é marcado por uma associação com a atuação das instituições estatais no que tange ao caráter assistencialista de suas atuações. Por outro lado, se reconhecem que existem diferenças substanciais, relacionadas principalmente com a eficácia das ONGs tanto do ponto de vista técnico (a qualidade dos profissionais) quanto do ponto de vista administrativo (da rapidez ou frequência com que operam). Assim, mesmo que se reconheça que a atuação das ONGs tenha suas debilidades - intimamente relacionadas à margem de autonomia que proporcionam aos Ashaninka na definição das ações – se reconhece que, diante da deficiência e ausência da atuação estatal, ainda é a alternativa mais eficiente para fazer chegar às comunidades algum tipo de apoio para suas necessidades.

Outra abordagem consiste na crítica da execução indireta de projetos, intermediadas por ONGs. Pois, se por um lado existe a percepção de que inicialmente este arranjo foi necessário, tendo em vista que a CARE estava ainda se estruturando. Por outro lado, percebe-se que já é o momento de evitar que outras ONGs executem os projetos pela CARE: “*tenemos que salir adelante sin depender de organizaciones*¹⁸”. Ou seja, o próximo passo seria a própria CARE formular seus projetos e receber os fundos diretamente para sua execução.

A solidez com que é afirmada essa posição baseia-se na última experiência da CARE na execução de projetos financiados diretamente pela *Rain Forest Foundation* da Inglaterra. Com essa experiência já se sabe que, embutidos nos projetos, também podem ser cobertos custos para manter a organização, e que muitas ONGs “sobrevivem” de projetos para comunidades. Porém, junto com esta constatação é exposta talvez a maior fragilidade da CARE atualmente, que é sua extrema dependência nos recursos da *Rain Forest*. Praticamente todas as suas ações e inclusive a manutenção física da CARE dependem desta fonte de financiamento.

A saída vislumbrada até o momento é captar recursos que recebem as municipalidades do Governo. Existe um mecanismo pelo qual as organizações representativas de comunidades (*Organización Representativa de la Comunidad – ORC*) - são pessoas jurídicas de direito privado, constituídas exclusivamente para executar projetos junto às municipalidades à qual estão vinculadas – podem receber recursos para projetos de infraestrutura social e econômica e de promoção produtiva.

18 Entrevista não gravada com Ruth Buendía na sede de CARE em 14/11/2011.

Dessa forma, as comunidades do Rio Ene teriam que conformar uma ORC, como mais uma instância político-administrativa para elaborar e gerir um projeto desta natureza nas comunidades.

Por um lado, sabe-se que os recursos que recebem as municipalidades envolvidas são abundantes, tendo em vista os altos impostos recolhidos pela exploração de madeira e pela extração de petróleo, e pelo aporte à região do VRAE por se tratar de área de combate ao narcotráfico e grupos remanescentes do Sendero Luminoso. Por outro, se tem plena consciência que acessar os recursos implica não só um investimento em elaboração de projetos extremamente técnicos, mas também em atuar no campo político que historicamente tem excluído os Asháninka da repartição destes recursos. Estamos falando de comunidades Asháninka para as quais as ações estatais de atenção mais básica são praticamente ausentes, com índices de desnutrição infantil acima de 80%¹⁹ e precariedade no atendimento aos serviços básicos de saúde e educação.

Em sua fala durante o Congresso do Ecoashaninka²⁰, Ruth Buendía manifestou as dificuldades que enfrenta CARE na negociação com o Distrito de Río Tambo e chama a atenção para a necessidade de uma nova forma de intervenção por parte das organizações Ashaninka:

“tuvimos reuniones por varios meses y no sale nada para problema de desnutrición infantil (...) tienen ocho millones para ejecutar proyectos y no se está haciendo nada (...) municipalidad está haciendo carreteras y otras cosas que no interesan a las comunidades, quienes tienen más apoyo son los colonos cocaleros (...) Hermanos: no espere la municipalidad, agarre los que están ayudando (ONG y otros) y hagan proyecto, ahí están Plan Vrae y ORC”.

Ainda que esta possibilidade seja vislumbrada pela CARE, ainda não estava muito claro como efetiva-la em um curto prazo.

19 <http://servindi.org/actualidad/61354> em março de 2012

20 Comunicação oral não gravada durante o Congresso Anual realizado na comunidade de Anapate (Río Tambo), em 12/11/11.

A CARE no contexto das organizações Ashaninka dos Rios Apurímac-Ene-Tambo: tensões e possibilidades na atuação frente à ameaças e interesses comuns.

Outra dimensão que parece se destacar na análise de atuação da CARE, com base nos discursos Ashaninka presenciados, é que ela constantemente leva em consideração uma análise comparativa, em relação a outras federações Ashaninka de comunidades da mesma região (Selva Central). No escopo de sua representação, a CARE atualmente representa 17 comunidades e 33 anexos no Rio Ene. Ela está filiada à ARPI (*Asociación Regional de Pueblos Indígenas*) em nível regional, e à AIDSESP (*Asociación Interétnica para el Desarrollo de la Selva Peruana*) em nível nacional.

Além da CARE, outras duas organizações atuam no Rio Ene. A OCARE, já mencionada acima, que segue representando os interesses da comunidade de Tsomaveni (ainda que dois de seus anexos estejam filiados à CARE). E a FARE (*Federación Ashaninka del Río Ene*), criada em 2008, que tem sua base forte na comunidade Cutivireni, e também em parte das comunidades de Quempiri e Quimaropitari.

A FARE foi criada durante o congresso da CARE em 2008 em que Ruth Buendía foi reeleita à presidência. Neste mesmo congresso estavam presentes a Municipalidade de Río Tambo juntamente com a empresa Pluspetrol, interessados na autorização das comunidades para a exploração de petróleo no Rio Ene. Diante da negativa das comunidades do Ene frente a esta atividade, a Municipalidade incentiva alguns líderes que haviam concorrido com Ruth à presidência a se reunir com a finalidade de fundar uma nova organização. Com o passar do tempo, FARE vai mantendo sua legitimidade com grande dificuldade, pois não consegue mobilizar projetos e recursos para as comunidades filiadas. Tampouco consegue registrar-se formalmente²¹.

A principal crítica de CARE à OCARE e FARE está no fato de que as mesmas representam as comunidades do Rio Ene sem o devido respaldo das comunidades. Ruth Buendía, ao se referir à OCARE, a coloca como “madre de todas”, reconhecendo assim sua importância na fase inicial de organização política e titulação de terras comunais dos Ashaninka do Rio Ene. Por outro lado, destaca sua representação restrita a alguns anexos²² da Comunidade Nativa de Tsomaveni e se caracteriza pela hegemonia da família Charete na condução dessa organização.

21 Comunicação pessoal de Sandro Saettone, em entrevista não gravada em 09/11/11 (Satipo, Junín).

Carecemos de informações mais atuais sobre as atividades de FARE, pois não foi possível entrevistar a alguns de seus dirigentes durante o trabalho de campo em Satipo.

22 Anexos: nas comunidades nativas e campesinas do Peru se denomina anexo aos diferentes grupos populacionais que existem dentro de um território comunal.

Em relação à FARE, em mais de uma ocasião Ruth se refere à mesma como uma organização “fantasma”, seja pela inexpressividade no que tange a ações, seja pelo fato de até o momento não ter se formalizado perante o Estado. Sempre que esta organização é abordada nas entrevistas, fica evidente a existência de uma tensão latente entre a CARE e FARE, produzida pela ruptura organizacional que gerou ao ser constituída. Ruth Buendía também se refere ao discurso duplo ou “*doble discurso*” de seus representantes quanto aos posicionamentos da FARE diante assuntos estratégicos para toda a bacia do Rio Ene, como a exploração de petróleo e a construção da hidrelétrica de Pakitzapango.

A fraca *legitimidade* percebida pela CARE em relação à FARE se deve a que a primeira considera que opiniões expressadas publicamente pelos dirigentes da segunda não são produto de discussões e consensos construídos em espaços públicos constituídos nas comunidades Ashaninka do Ene. Esta forma de condução difere substancialmente daquela que vem sendo colocada em prática pela CARE, cujos posicionamentos e documentos públicos produzidos e expressados resultam de consultas e assembléias envolvendo as famílias das comunidades. Assim, desde atas de assembléias, pronunciamentos formais e materiais audiovisuais produzidos até o momento, principalmente aqueles destinados à campanha de CARE contra os megaprojetos energéticos, demonstram que refletem posicionamentos construídos com a participação das famílias Ashaninka.

Também foi recorrente que houvesse, nos espaços de reflexão presenciados (*Octubre Ashaninka* e Congresso do EcoAshaninka²³, análises comparativas da atuação da CARE em relação a outras duas federações Ashaninka que atuam na mesma zona, ou seja, aquelas que representam as comunidades nativas Ashaninka dos Rios Tambo e Apurímac. A *Central Ashaninka del Río Tambo* (CART) teve seu processo organizativo iniciado entre os anos de 1975 e 1983, inscrevendo-se nos registros públicos em 1984 (FABIÁN ARIAS, 2006, p. 148).

No Rio Apurímac, a primeira organização Ashaninka foi formada na década de 1970, se chamava *Abireri*, e representava as famílias Ashaninka situadas até o Vale de Quempiri. Posteriormente, no início da década de 1980, a mesma foi substituída pela

23 Congresso realizado em novembro de 2011, envolvendo as organizações indígenas dos rios Apurímac, Ene e Tambo, visando delinear ações para a Reserva Comunal Asháninka, que é uma categoria de área natural protegida co-gestionada entre o Estado e uma *junta directiva* indígena.

Organización Ashaninka-Matsiguenga del Río Apurímac (OARA), mudança possivelmente motivada pelo envolvimento da primeira com a venda de terras a colonos (SAETTONE ARIAS, *no prelo*).

A partir dos estudos realizados na área por cientistas sociais²⁴ que refletem sobre o processo organizativo das organizações Ashaninka nos rios Apurímac, Ene e Tambo, encontramos pelo menos cinco fatores que parecem impulsar ou afetar de forma considerável esse processo na região até meados da década de 2000.

Sem a pretensão de esgotar o tema, mas aproveitando um olhar comparativo do material analisado, são apontados como dinamizadores e transformadores do processo de organização política dos Ashaninka dos Rios Apurímac, Ene e Tambo: a presença de diversas instituições religiosas nessas bacias; a intensificação da colonização a partir da década de 1970; o processo de titulação de comunidades nativas a partir de 1979; a ocupação e controle deste território por forças armadas do *Sendero Luminoso* desde os últimos anos da década de 1980 até os primeiros anos da década de 2000; e a chegada simultânea de múltiplos interesses extrativos no território: os setores madeireiro, petrolífero e hidroelétrico, que requerem novas formas de negociação e embates políticos por parte das organizações indígenas.

Com base em reflexões realizadas na mesa intitulada "*Historia Abierta*", no evento *Octubre Ashaninka*, muitas observações trataram sobre as dificuldades atuais de conduzir uma organização indígena, nos casos da CARE e CART. De um lado, foi colocado o desafio que é atualmente estar à frente de uma organização, pois além da necessidade de um domínio político é técnico em determinados temas, existe uma enorme desconfiança que paira sobre suas ações. Por outro lado, ficou evidente uma forte crítica ao comportamento de dirigentes nos processos de negociação com empresas extrativas, em sua atuação como mediadores dos interesses comunais e os interesses externos.

Neste primeiro sentido, Ruth Buendía mencionou a falta de confiança entre dirigentes, principalmente pelo grave problema de cooptação de alguns destes por empresas extrativas. E também criticou que seus discursos muitas vezes são construídos desde influências externas. Diante desse quadro de desconfiança, basta a chegada de um documento estatal para que a confiança em uma liderança seja comprometida, muitas vezes por mal interpretarem o documento, e até propositalmente. Contou sua

24 Fabián Arias (2006), Rojas Zolezzi (2008) e Saettone Arias (*no prelo*).

experiência pessoal, quando participou de uma reunião da Corte Interamericana de Direitos Humanos, houve questionamentos internos de que ela recebia dinheiro. Assim, conclui que grande parte desses desentendimentos emerge de um duplo desconhecimento entre o mundo indígena e o mundo nacional e internacional.

Nesse debate, no que tange a relações entre organizações Ashaninka, Ruth Buendía reflete sobre os interesses externos em separar CARE e CART: *“intentan minar la organización interna para la entrada de petroleras”*. Existe uma percepção de que o envolvimento de dirigentes de comunidades filiadas a CART com as empresas petroleiras foi responsável pelo enfraquecimento da legitimidade e fragmentação interna desta última. O Prof. Luiz Vásquez (*Regidor de la Municipalidad de Río Tambo*) também observou que *“CART tenía un peso, una representatividad, ahora es un desorden, está manejado por técnicos de afuera”*.

Estas reflexões talvez sejam mais bem compreendidas com base na explanação de um dirigente da comunidade nativa de Cheni (Rio Tambo) durante o congresso da ECOASHANINKA: *“sobre el tema de convenio y de la empresa REPSOL, en una asamblea general decidimos aprobar la empresa REPSOL, pues es una alternativa a la explotación maderera”* e em outro momento compara *“El Río Ene es muy diferente a las comunidades del Río Tambo (...) en Río Tambo se ve más fuerte, ya quieren ser emprendedores, en Río Ene viven de la pesca”*. Devemos considerar que se trata de um discurso proferido para dirigentes Ashaninka de comunidades nativas dos Rios Ene, Tambo e Apurímac. Busca defender a aceitação das petroleiras e as vantagens de se associar às mesmas em detrimento de outras atividades.

Nesse sentido, o Professor Prof. James Reagan, que também compunha a mesa *“Historia Abierta”*, observou as fragilidades na prática política dos dirigentes, tanto na manutenção dos acordos firmados na comunidade: *“cuando se está en la comunidad tomando masato se llega a un acuerdo y después de que se va a la ciudad se olvida”*, quanto no tipo de envolvimento dos dirigentes quando passam a trabalhar para as indústrias extrativas. Em relação comparativa, conclui que *“antes se veía la CART más organizada y la CARE débil, ahora se ve al revés”*.

Para Fabián Arias (2006), a CART tem ingressado, nos últimos anos, em um período de crise organizacional e de liderança, apesar do prestígio ganhado na década de 1990 por ser uma das organizações mais representativas e consolidadas na região. Esta situação tem sido questionada pelos membros das comunidades nativas, mas com maior

ênfase pelas mulheres.

Esta pesquisadora centrou sua atenção na participação política da mulher Ashaninka na bacia do Rio Tambo, e reforça o papel questionador dessa participação feminina a partir de 1997: “*con el cuestionamiento a sus líderes y autoridades en la gestión de la defensa de la tierra y territorio, de los contratos de venta de los recursos forestales sin ningún beneficio para la comunidad*” e também “*han planteado cuestionamientos a los funcionarios públicos de la región (...) Así han contribuido a la defensa de sus derechos en contra de los madereros y las transnacionales, rechazando contratos lesivos a sus intereses*” (*ibid.*, p. 166).

A partir destas colocações comparativas entre CARE e CART, e daquelas reflexões sobre as organizações Ashaninka no rio Ene, podemos estabelecer uma relação direta entre a entrada de empresas extrativas no território Ashaninka e a dinamização do processo de organização política na região. A aceitação da presença das empresas petroleiras por algumas comunidades do rio Tambo, mediante estratégias de cooptação e convencimento junto aos dirigentes, tem sido percebida pelos atores mencionados no evento *Octubre Ashaninka* como um “enfraquecimento” da CART em relação à CARE.

Em outra dimensão, Fabián Arias apresenta o papel do início e fortalecimento da participação política da mulher Ashaninka nos espaços de interação interétnica, como questionadoras de um padrão de liderança e organização que não representem interesses ou direitos das comunidades frente ao assédio das empresas extrativas no território Ashaninka.

No rio Ene, a estratégia das empresas petroleiras foi buscar a aceitação das comunidades durante o congresso da CARE, justamente no momento de eleição de sua *junta directiva*. Conforme já tratamos acima, nesta ocasião Ruth Buendía é reeleita, e a posição tomada pelas comunidades foi a de não aceitar a entrada das petroleiras no rio Ene. Apesar de esta situação ter resultado em uma divisão interna na CARE, esta organização acumula o prestígio de haver resistido à entrada das petroleiras na zona, e mantém a coesão deste posicionamento com as comunidades filiadas.

Algumas perguntas que surgem deste olhar comparativo são: qual característica (ou características) teria a CARE que a torna capaz de manter uma coesão relativa entre suas comunidades filiadas que gere posicionamentos no sentido de frear a entrada das petroleiras no rio Ene? Como Ruth Buendía construiu e manteve seu prestígio na

CARE? Como o fato de ser mulher, levantado algumas vezes por ela como uma limitação, e outras vezes como vantagem, influencia o seu fortalecimento enquanto dirigente?

Em certa medida, já abordamos acima algumas considerações sobre a construção da *legitimidade* ou *credibilidade* da CARE, perante suas comunidades filiadas. Em suma, foram ressaltados aspectos como: a legalização e estruturação da CARE; o processo de consulta que a CARE realizou junto às comunidades do Rio Ene e a sistematização do *Kametsa Asaike* como agenda de trabalho; a busca de maior poder de negociação e gestão, em relação às ONGs e instituições estatais, na execução de projetos visando concretizar essa agenda.

Por outro lado, vimos uma série de fatores que constantemente desafiam sua dinâmica organizacional. Estes não podem ser compreendidos sem um olhar que leve em conta os processos históricos vivenciados pelos Ashaninka na região dos rios Apurímac-Ene-Tambo. Além disso, e sem perder de vista a totalidade, vimos que esses fatores se manifestam desde estruturas políticas constituídas no âmbito das comunidades do Rio Ene, como também desde outras organizações Ashaninka, organizações não governamentais, instituições estatais e empresas extrativas com interesses no território das comunidades filiadas à CARE.

Referências Bibliográficas

AROCA, M. Javier; MAURY, P. Luis. El pueblo Ashaninka de la selva central. Estado, derecho y pueblos indígenas. **América Indígena**, v. 53, n. 4, out-dez, 1993. p. 11-32.

CARE, Central Asháninka del Río Ene. **Kametsa Asaike**: El vivir bien de los Asháninkas del Río Ene. Agenda Política de la CARE. Lima – Peru, 2011.

CHIRIF, Alberto. La Colonización en la Amazonía Peruana. **Revista Iniciativa Amazónica** - Asociación Latinoamericana para los Derechos Humanos (ALDHU), julio-agosto 2003.

_____; GARCÍA HIERRO, Pedro. **Marcando Territorio**: Progressos y limitaciones de la titulación de territorios indígenas en la Amazonía. Copenhague: IWGIA; Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa, 2007. 340 p.

COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Los Pueblos Indígenas y el Caso de Los Asháninkas. TOMO V: **Historias representativas de la violencia**.

Lima, 2003, p. 241-177. Disponível em: <<http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php>>. Acessado em: 12 fev. 2011.

CRUZ, Lia Mendes. **Territórios indígenas e desenvolvimento na Amazônia Central peruana**: um olhar sobre a organização política dos Ashaninka do Rio ENE. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em estudos comparado sobre as Américas, 2012.

_____. **Etnologia das políticas e processos estatais sobre territórios indígenas na Amazônia peruana**: atuação direta e abordagem crítica caminhando juntos. Trabalho apresentado na REAABANNE 2015. Disponível em: <<http://www.reaabanne.com.br/?menu=resumo&codResumo=4404>>. Acessado em: 20 fev. 2016.

ESPINOSA DE RIVERO, Oscar. **Rondas Capesinas y Nativas em la Amazonía Peruana**. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Practica, 1995.

FABIÁN ARIAS. **La participación pública de la mujer asháninka en la cuenca del río Tambo entre 1990 -2002**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales – UNMSM, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INEI. **Perfil sociodemográfico del Perú**. Lima, agosto 2008. Disponível em <www.inei.gob.pe/Anexos/libro.pdf>. Acessado em: 06 mai 2011.

PIMENTA, José. “Viver em comunidade”. O processo de territorialização dos Ashaninka do rio Amônia. In: **Anuário Antropológico 2006**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008. p. 117-150.

RODRIGUEZ VARGAS, Marisol. **Desplazados Selva Central**: El caso Ashaninka. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Practica, 1993.

ROJAS ZOLEZZI, Enrique. **Participación política de los pueblos indígenas de la Amazonía peruana**. SCIENTIA VOL X. Nº 10, dezembro de 2008.

SAETSTONE ARIAS, Sandro. **Vivencia Territorial de los Ashaninka del Ene y el Apurímac**. Relaciones entre los Ashaninka y la Reserva Comunal Ashaninka. *no prelo*.

SANTOS, Fernando; BARCLAY, Frederica. Introducción. In: _____. **Guía Etnográfica de la Alta Amazonía**. v. 5. Arequipa: IFEA; Balboa: Smithsonian Tropical Research Institute, 2005. p. xv-xli.

VEBER, Hanne. Introducción etnográfica: los asháninkas y los ashéninkas. In: _____. (ed.). **Historias para Nuestro Futuro/Yotantsi Ashi Otsipaniki**: Narraciones autobiográficas de líderes Asháninkas y Ashéninkas. Copenhague: IWGIA; Lima: Tarea Asociación Gráfica Educativa, 2009. p. 20 – 53.